

# **PORTARIA Nº 360 DE 31 DE JULHO DE 2000 - (REVOGADA)**

(Publicada no Diário Oficial de 01/08/2000)

Revogada pela Portaria nº 304/04.

**Dispõe sobre os procedimentos a serem observados em processos de pedido de utilização de crédito fiscal acumulado.**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

## **RESOLVE**

**Art. 1º** O contribuinte inscrito no CAD-ICMS na condição de Contribuinte Normal, que pretender utilizar créditos fiscais acumulados previstos no art. 106 do Regulamento do ICMS, deverá encaminhar petição à Inspeção Fazendária de sua circunscrição fiscal, na qual deverá constar:

**I** - a identificação do requerente, com indicação do nome ou razão social, endereço e números de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

**II** - os valores totais dos respectivos créditos fiscais acumulados, agrupados segundo as seguintes origens:

- a) exportação;
- b) isenção;
- c) redução de base de cálculo;
- d) diferimento;
- e) outros motivos;

**III** - o saldo total dos créditos fiscais acumulados até a data do pedido e o período de ocorrência da acumulação;

**IV** - o valor do crédito a ser utilizado e o fim a que se destina;

**V** - a identificação do destinatário, com indicação do nome ou razão social, números de inscrição no CAD-ICMS e no CNPJ e endereço, quando se tratar de transferência de créditos acumulados.

**Art. 2º** Não será deferido o pedido de utilização de crédito fiscal acumulado de contribuinte inadimplente com a obrigação de informar os respectivos saldos na Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA).

**Art. 3º** Compete à Inspeção Fazendária do domicílio fiscal do requerente:

**I** - a análise dos aspectos formais de que cuidam os artigos 1º e 2º desta Portaria;

**II** - o encaminhamento do processo à Inspeção Especializada para emissão de parecer, quando se referir a empresas circunscritas à Diretoria de Administração Tributária da Região Metropolitana – DAT Metro que sejam monitoradas pelas gerências de segmentos de

mercado;

**III** – a solicitação à Gerência de Comércio Exterior e Substituição Tributária (GECEX), via correio eletrônico, das informações relativas às exportações promovidas pelo requerente no período referente à acumulação dos créditos fiscais objeto do pedido, se não estiver disponibilizado, na Inspetoria, o acesso ao Sistema Integrado do Comércio Exterior – SISCOMEX;

**IV** – a emissão de parecer pelo Auditor Fiscal quanto à legitimidade dos créditos fiscais acumulados, contendo:

**a)** a indicação da origem dos créditos;

**b)** os valores a serem deduzidos ou estornados, na hipótese de escrituração de valores em desacordo com as normas legais;

**c)** o saldo dos créditos acumulados, com a indicação dos períodos em que ocorreu a acumulação;

**d)** opinativo quanto à legitimidade dos créditos acumulados e a possibilidade de uso ou transferência, com indicação do fundamento legal;

**e)** informação do último exercício em que foram fiscalizadas as atividades do contribuinte que concorreram para a acumulação de créditos fiscais;

**V** – o deferimento ou o indeferimento, pelo Inspetor Fazendário, nos processos de sua competência, para uso do crédito fiscal objeto do pedido;

**VI** – a emissão do Certificado de Crédito do ICMS ou da Nota Fiscal Avulsa, se houver deferimento do pedido;

**VII** – a comunicação à GECEX, via correio eletrônico, do deferimento do pedido pelo Inspetor, indicando:

**a)** o requerente;

**b)** o beneficiário;

**c)** o nº do processo;

**d)** o valor do crédito autorizado e o período de ocorrência da acumulação;

**e)** as origens da acumulação dos créditos;

**f)** a destinação dos créditos fiscais a serem utilizados;

**g)** o nº do Auto de Infração ou da Denúncia Espontânea, quando o crédito for utilizado para quitação de débitos respectivos;

**h)** o nº do Certificado de Crédito ou da Nota Fiscal Avulsa emitida e a data de sua emissão;

**i)** o valor do crédito fiscal autorizado para transferência ou utilização;

**VIII** – envio à GECEX, dos processos de competência do Secretário da Fazenda, com indicação dos dados previstos nas alíneas *a* a *f* do inciso anterior;

**IX** – comunicação à GECEX, nos processos de competência do Secretário da Fazenda, das informações previstas nos incisos g a i, do inciso VII, após a emissão do Certificado de Crédito ou da Nota Fiscal Avulsa.

§ 1º O Auditor Fiscal responsável pela emissão do parecer opinativo anexará aos processos analisados os correspondentes Roteiros de Procedimentos para Auditoria de Créditos Acumulados, que serão preenchidos com as informações relativas à verificação fiscal efetuada, conforme modelo anexo a esta Portaria.

§ 2º Na hipótese de acumulação indevida de créditos fiscais, o Auditor Fiscal responsável pela análise do processo notificará o contribuinte indicando os valores a serem estornados na escrita fiscal.

§ 3º Quando necessária, será expedida ordem de serviço para fiscalização homologatória dos lançamentos efetuados pelo contribuinte, hipótese em que o período a ser fiscalizado deverá abranger, pelo menos, o período de acumulação do crédito fiscal objeto do pedido de utilização.

**Art. 4º** A GECEX remeterá os processos de competência do Secretário da Fazenda à DITRI para controle da legalidade dos créditos e posterior encaminhamento ao Secretário da Fazenda.

**Art. 5º** Tratando-se de produtores rurais e extratores, não inscritos ou inscritos na condição de Contribuinte Especial, serão observadas as disposições contidas no artigo 442 do Regulamento do ICMS.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário.

**ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS**  
Secretário

**ANEXO ÚNICO**  
**ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS PARA AUDITORIA DE CRÉDITOS FISCAIS**  
**ACUMULADOS**

(a que se refere o § 1º do art. 3º)

<b>CONTRIBUINTE:</b> <b>INSCRIÇÃO ESTADUAL:</b> _____, <b>PROCESSO Nº:</b> _____			
ITEM	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO
1	O contribuinte apresentou os livros e documentos fiscais necessários aos trabalhos de auditoria de créditos fiscais?		
2	Os créditos lançados no Registro de Entradas correspondem ao imposto destacado nos documentos fiscais?		
3	Os créditos pela aquisição de bens do ativo permanente foram lançados no CIAP?		
4	Foram observadas as regras relativas à vedação ou estorno de créditos fiscais, previstas nos artigos 97 e 100 do RICMS?		
5	Foram conferidas as somas e as transferências de saldos dos livros de Registro de Entradas e Registro de Saídas para o Registro de Apuração		

	do ICMS – RAICMS?		
6	Na escrituração do livro RAICMS especial e na movimentação de saldos deste livro para o RAICMS normal, foram observadas as regras do art. 109 do RICMS?		
7	Os quadros 19 e 20 da DMA estão sendo preenchidos corretamente?		
8	Foi confirmada, mediante verificação nos livros fiscais e documentos emitidos pelo contribuinte e na Listagem do SISCOMEX encaminhada pela GECEX, a efetiva exportação das mercadorias? (preencher somente se o pedido para utilização de crédito fiscal acumulado estiver vinculado a hipótese de manutenção em razão de exportação de mercadorias).		
9	Foi feita auditoria das saídas de mercadorias amparadas com não-incidência, isenção ou redução da base de cálculo do ICMS? (preencher somente se o pedido para utilização de crédito fiscal acumulado estiver vinculado a hipótese de manutenção em razão de saídas com não-incidência, isenção ou redução de base cálculo).		
Campo destinado à informação de situações constatadas durante os trabalhos de auditoria, não previstas neste questionário.			

(Local/Data):

(Assinatura):

Nome/Cadastro: